



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA

VERONICA ISMAEL DE OLIVEIRA

NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA NA ESCOLA DA REDE
ESTADUAL DA CIDADE DE JOÃO PESSOA: UM ESTUDO DE CASO DA GESTÃO
DE ACERVOS DOCUMENTAIS

JOÃO PESSOA - PB

2015

VERONICA ISMAEL DE OLIVEIRA

**NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA NA ESCOLA DA REDE
ESTADUAL DA CIDADE DE JOÃO PESSOA: UM ESTUDO DE CASO DA GESTÃO
DE ACERVOS DOCUMENTAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso na **modalidade Monografia** apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia, em cumprimento às exigências legais, período 2015.1.

Orientadora: Dra Jacqueline E. Barrancos.

JOÃO PESSOA - PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O482n Oliveira, Veronica Ismael de
Necessidade da atuação do arquivista na escola da rede estadual da cidade de João Pessoa [manuscrito] : um estudo de caso da gestão de acervos documentais / Veronica Ismael de Oliveira. - 2015.
34 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Jacqueline Echeverría Barrancos, Departamento de Arquivologia".

1. Arquivista. 2. Educação básica. 3. Arquivos escolares I.
Título.

21. ed. CDD 020.92

VERONICA ISMAEL DE OLIVEIRA

**NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA NA ESCOLA DA REDE
ESTADUAL DA CIDADE DE JOÃO PESSOA: UM ESTUDO DE CASO DA GESTÃO
DE ACERVOS DOCUMENTAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso na **modalidade Monografia** apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia, em cumprimento às exigências legais, período 2015.1.

Aprovado em: 04 de dezembro de 2015.



Prof^ª. Dra Jacqueline Echeverría Barrancos.

Orientadora (UEPB)



Prof^ª. Ma. Manuela Eugênio Maia

Examinadora (UEPB)



Prof^ª. Ma. Naiany Carneiro Souza

Examinadora (UEPB)

Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores. (CORA CORALINA, 2001 p. 23) Dedico à Ceci Melo (In Memoriam) e à Profª Briggida (In Memoriam)

AGRADECIMENTOS

À Maria e a Deus, não sou uma pessoa religiosa, mas acredito fortemente que ela e ele me ajudam a me fortalecer em alguns momentos da vida.

Ao meu Pai Luiz e a minha mãe Luzinete, que apesar dos desafios da vida, e da sua pouca formação, sempre colocaram os estudos das filhas e filho em primeiro lugar. Formei Painho e Mainha!

Ao meu irmão Rafael Ismael, que sempre ficou com as piores coisas para que eu pudesse estar bem, estudar e ser feliz, a você eu devo tudo!

À minha chata irmã Rafaela Ismael, por nossas brigas, nossas partilhas e nosso dia a dia.

Ao meu companheiro/marido André Silva, por tudo, esse obrigado é mais que especial e não se resume a essa pequena palavra.

À meu pequeno, meu filho João Pedro, mesmo tão pequenino ajudou e muito.

À minha querida Vó Odete, por ser exemplo. (In Memoriam)

Ao meu grande amigo Francio Xavier, que além de amigo, foi também meu professor e pacientemente corrigiu esse trabalho.

Aos meus tios e tias que me deram apoio e força nas minhas escolhas, sempre me ajudando, apesar dos nossos desencontros.

A Professora Jacqueline Echeverría Barrancos, por toda paciência e tempo dedicado a mim.

Aos vários professores e professoras que tive, pois todos e todas me ensinaram algo mais do que o assunto programático do curso.

Aos funcionários e funcionárias da UEPB, que aguentaram pacientemente as minhas discussões para organizar meus horários, todo período tinha algo de errado.

Aos meus companheiros e companheiras do Movimento Estudantil pelos ensinamentos e brigas que me fizeram refletir durante as lutas.

Aos meus ex-técnicos de natação que me ensinaram o ganhar e o perder da vida, que levo comigo até hoje. “Você Aprende... E começa a aceitar suas derrotas com a cabeça erguida e olhos adiante, com a graça de um adulto e não com a tristeza de uma criança.” (William Shakespeare)

Aos meus amigos e amigas da UEPB que estiveram comigo durante o curso, que forma de direta e indireta me ajudaram, me criticaram e me ensinaram algo, valeu galera! Rafaella, Pedro, Will, Arlene, Dayse e a minha turma. A vocês meu voto de muita felicidade.

À Priscilla Gomes e Tullio Serrano pela nossa amizade, pelas cobranças e por todos os momentos bons vividos na UEPB.

Formada estou! Graça a vocês! À sociedade estou prestando conta!

Como em todo trabalho acadêmico, toda hipótese é uma tentativa nem sempre bem sucedida de construirmos algumas teses sobre a realidade em que nos inserimos. (JARDIM, 1998, p. 4).

RESUMO

O presente estudo tem como principal objetivo avaliar a necessidade de atuação do arquivista em instituições estaduais de Educação Básica na cidade de João Pessoa. No contexto, foi realizado um levantamento do cenário da gestão educacional brasileira, mostrando os avanços e desafios surgidos nas últimas duas décadas. E complementando essa reflexão, foi realizado um estudo de caso aliado a pesquisas bibliográficas de caráter qualitativo. Para tanto, foi selecionada uma instituição pública de ensino, onde foi aplicado um questionário ao gestor da escola composto por questões pertinentes ao tema. Assim, a partir dos dados coletados, constatou-se que na gestão dos arquivos escolares há necessidade de assegurar o acesso aos documentos de forma adequada por meio de técnicas arquivísticas que iniciam desde a fase da organização até a conservação do acervo documental. Dessa forma, a atuação do profissional de arquivos é fundamental nesse processo de democratização do acesso a informação. Por conseguinte, a formação em cursos de Arquivologia focaliza a importância da participação do arquivista na produção do conhecimento e no desenvolvimento socioeconômico, político, histórico e administrativo das instituições públicas e privadas de uma nação, onde os arquivos escolares se destacam neste contexto.

Palavras-chave: Arquivista. Educação Básica. Arquivos Escolares

ABSTRACT

This study aims to evaluate the need for action Archivist in state institutions of basic education in the city of João Pessoa. In context, a survey of the Brazilian educational management scenario was performed, showing the advances and challenges that have arisen in the last two decades. And complementing this reflection, we conducted a case study together with literature searches of qualitative character. To this end, it selected a public educational institution, where it was applied a questionnaire to the school manager consists of issues related to the theme. So, from the data collected, it was found that the management of school records is necessary to ensure access to documents properly through archival techniques that start from the stage of organization to the conservation of documentary collection. Thus, the performance of the professional files is critical in this process of democratization of access to information. Therefore, training in Archival courses focuses on the importance of the participation of the archivist in knowledge production and socio-economic development, political, historical and administrative of public and private institutions in a nation where the school records are highlighted in this context.

Keywords: Archivist. Basic education. School files

LISTA DE ABREVIATURAS

EEEMMI – Escola Estadual de Ensino Médio e Médio Integrado

EPI - Equipamento de Proteção Individual

LDB - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP - Projeto Político Pedagógico

TTD – Tabela de Temporalidade de Documentos

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA	13
1.2 JUSTIFICATIVA	16
1.3 OBJETIVOS	18
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	18
1.3.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS.	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 O INGRESSO DE NOVOS PROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO MODERNA	19
2.2 A GESTÃO ESCOLAR NA PARAÍBA	20
2.3 EVOLUÇÃO E CONCEITUAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA.....	22
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
3.1 CARACRERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	24
3.2 CAMPO EMPÍRICO.....	25
4 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS	31
APÊNDICE	33

1 INTRODUÇÃO

Atenta às novas demandas da estrutura educacional, que já há algum tempo mostrou a necessidade de introduzir no seu recinto os profissionais das mais diversas áreas, com funções que acrescentem mudanças positivas no desenvolvimento da educação e de seus modelos de gestão para o alcance de seus objetivos e partindo das premissas de ajustamentos das diversas normas legislativas e metas governamentais, na qual ponderam o papel e importância do arquivista no espaço escolar, considerando que este é mais um espaço a ser ocupado pelo profissional cujo mercado laboral está em uma curva ascendente em diversos setores que demanda a economia, o presente trabalho apresenta a seguinte estrutura focalizando na *Necessidade da Atuação do Arquivista na Escola da Rede Estadual da Cidade de João Pessoa: Um Estudo de Caso da Gestão de Acervos Documentais*.

O presente trabalho é composto por cinco capítulos, distribuídos de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e da Coordenação do Curso de Arquivologia da UEPB, estando, portanto, disposto da seguinte maneira:

Capítulo 1

Trata-se da introdução à temática trabalhada, na qual definimos o problema de pesquisa, evidenciamos a sua importância para a discussão da temática, apresentamos objetivos, justificativa e o caminho que optamos por seguir para a confecção desta monografia.

Capítulo 2

Nesta parte é apresentado o referencial teórico, discutimos sobre o ingresso de novos profissionais na educação moderna, a gestão escolar na Paraíba, a evolução e conceituação da arquivologia e a atuação do arquivista no mercado de trabalho, em especial no setor educacional.

Capítulo 3

Neste capítulo é vislumbrado os procedimentos metodológicos, fizemos uma caracterização da pesquisa e mostramos qual abordagem utilizamos, fazendo um diálogo com outros tipos de abordagens para evidenciar as vantagens da escolhida, de acordo com os sujeitos da pesquisa e os instrumentos de coleta de dados.

Capítulo 4

Nesta fase, partimos para a interpretação dos dados levantados durante o processo de pesquisa, procurando fazer uma reflexão crítica e construtiva para encontrar novos caminhos

que contribuam para o desenvolvimento de soluções eficazes para o problema de pesquisa aqui trabalhado.

Capítulo 5

Esta última parte contém observações e considerações acerca do conteúdo discutido, bem como possibilidades de futuras pesquisas que ajudem a consolidar soluções para a problemática aqui trabalhada.

1.1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

O debate em torno das questões que norteiam a atuação do Arquivista é cada vez mais crescente em nosso país, em virtude do número de instituições que oferecem esse curso e revelam uma tendência da necessidade de contar com esse profissional na gestão de arquivos sejam em instituições públicas ou privadas.

Com efeito Sousa (2009) afirma que a despeito de diversas tentativas e iniciativas de organizar instituições voltadas para a guarda de acervos documentais ou da memória de uma organização, não se fez muito ou quase nada significativamente – se considerar a dimensão e a riqueza dos acervos documentais e a destruição a que se encontra submetido e a falta de organização.

Nesse panorama, observa-se que em várias instituições no Brasil, existe uma quantidade de arquivos que ineficiente a demanda existente das mais diversas áreas. A legislação de arquivos concentra-se basicamente na Lei nº 8.159, de 18 de janeiro de 1991, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências” (BRASIL, 1991). Por conseguinte, os arquivos escolares devem ser objeto de cuidadosa preservação.

Nesse sentido, a conceituação é abrangente, porém pode se conceituar, a partir da visão de Medeiros (2009, p. 176), que os arquivos escolares “são conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, relacionados ao exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”. Vasconcellos (1999, p. 42) segue a mesma linha de pensamento ao afirmar que arquivos escolares são um "conjunto de documentos organicamente acumulados, cujas informações permitem a trajetória de vida de seu titular".

Por fim, Gonçalves (2008, p. 74) nos abre um leque de possibilidades quando o assunto são Arquivos Escolares:

A escola produz, em seu cotidiano, diversos tipos de documentos e registros, exigidos pela administração e pelo cotidiano burocráticos, que perpassam inclusive seu âmbito pedagógico. Há toda uma legislação que orienta essa produção, como exigência para a legalidade das ações da instituição, envolvendo seu funcionamento e a organização e controle de suas atividades. Além disso, pode-se encontrar, no arquivo escolar, outros tipos de documentos que excedem a determinação legal, como fotografias, jornais produzidos pela escola, cadernos de alunos, recortes de jornais com matérias referentes à instituição, bilhetes, entre outros.

Ressaltando essa relevância do tema, dos arquivos escolares, pretendemos mostrar que a situação não é destoante da realidade e panorama apresentado, é mais do que isso, evidenciando a importância do arquivista para a escola, que poderia ter seus acervos organizados e servindo de base de pesquisa para estudantes universitários, além de atender aos antigos alunos que porventura pudessem necessitar de alguma documentação. Diante disto, este trabalho tentará responder à seguinte questão da pesquisa: **qual a necessidade do arquivista na Escola para a gestão dos seus arquivos?**

Em um primeiro momento, afim de que o arquivista possa ser integrado a este novo ambiente de trabalho, é necessário a criação de uma campanha de visibilidade deste profissional no pleno exercício de sua função, conscientizando os profissionais de outras áreas que já atuam na escola; professor, secretário, merendeiro, inspetor, vigia, entre outros.

O setor de arquivos nos possibilita consultar registros de informações, portanto, deve assegurar caminho livre tanto para a administração escolar, permitindo o desenvolvimento de atividades com presteza e qualidade, quanto para pesquisadores que porventura queiram utilizar tais documentos como fontes de pesquisa e investigação de suas atividades acadêmicas, constituindo-se, desta forma em um rico fornecedor de material de pesquisa para a construção da história das instituições escolares.

Além dessas funções, os arquivos escolares também têm um papel informativo de grande valia para administração pública, pois as gestões terão informações, por exemplo, da evolução do oferecimento do serviço público de educação, podendo traçar um perfil do público assistido, ou mesmo sanar situações-problema, atender demandas, prestar contas das atividades, analisar e planejar ações educativas, entre outras ações.

Em nossa prática enquanto aluna pesquisadora do curso de Arquivologia da UEPB, acabamos dispensando um tempo precioso para coletar, selecionar e até recuperar o material que seria utilizado para consulta. Acreditamos que esta realidade não é diferente para outros pesquisadores que também utilizam os arquivos públicos como matéria-prima de suas produções acadêmicas. Isto se deve em grande parte a falta de conhecimento das pessoas que

manuseiam estes arquivos, para quem estes documentos tem valor e importância somente enquanto são necessários à administração escolar e, depois disso, podem ser descartados. Não há a noção de que eles viram fontes históricas.

Para viabilizar o processo de discussão da temática faz-se necessário primeiramente uma rápida análise do cenário da gestão educacional brasileira, com os avanços e desafios que se apresentam nos últimos 15 ou 20 anos. Complementando esta análise, buscamos ainda realizar uma investigação de campo, visitando uma escola da rede estadual de ensino, a fim de que possamos entender como os documentos produzidos pela instituição são tratados, desde o momento em que são produzidos, quando são arquivos correntes, passando pela fase de arquivo intermediário, quando já não tem validade jurídico-administrativa, porém pode ainda ser consultado pelo produtor, até chegar ao final de sua jornada, quando devem ser analisados à luz dos critérios de uma Tabela de Temporalidade de Documentos - TTD, para que sejam descartados definitivamente ou considerados históricos, e portanto sejam preservados.

Finalmente, construímos um diálogo com as informações que encontramos em campo e as discussões teóricas feitas a partir de uma pesquisa bibliográfica. Embora nossa pesquisa seja feita em uma escola pública, nada impede que seus resultados, se considerados pertinentes, possam ser utilizados como base para mudanças também na rede privada de ensino, abrindo, desta forma, mais um campo de atuação para o arquivista, o que seria um cenário bastante positivo para os profissionais desta área.

Ainda segundo Miguel (2007, p. 32) “O questionamento da educação escolar, quer pelo aspecto das políticas educacionais, quer pela cultura escolar, leva o pesquisador à escola, por ser esse um espaço concreto de realização de todo um sistema de transmissão e de construção do saber”. A escola é um grande laboratório a ser explorado infinitamente pelos pesquisadores das mais diversas áreas, a construção do conhecimento ocorre de várias formas e em todos os momentos.

O empecilho reside justamente na falta do conhecimento deste potencial por parte dos trabalhadores destas instituições. Isto passa pela discussão do que e para quem é importante. Em outras palavras, para o funcionário da escola, a documentação por ele produzida terá utilidade e importância tão somente enquanto ele esteja em sua fase corrente, podendo chegar até a intermediária. Após este período, o documento perde, para ele, o seu valor. O caminho inverso ocorre com o pesquisador, para quem o documento produzido pela instituição escolar pode ter mais valor acadêmico à medida em que vai ficando mais distante da data de sua produção.

Este cenário para o arquivista é real também nas escolas. Boa parte dos gestores ainda partilha o conceito de arquivo como o local sem utilidade, sobretudo econômica, que dispõem apenas da guarda de papéis sem funcionalidades, desperdiçando, desta forma, uma rica fonte histórica material. É como se cada unidade escolar pudesse ter, sem grandes dispêndios para o governo, um pouco da história da cidade e do Estado preservada para quem quiser e puder dar-lhe vida. Naturalmente, esta responsabilidade não pode recair somente à comunidade escolar, o poder público (município, estado e governo federal) também deve criar políticas públicas que incentivem esta prática nas escolas e em todas as outras áreas pertencentes ao erário público, apenas em nome da eficiência governamental, mas também porque "os arquivos públicos constituem um tipo de fonte de cultura entre muitos outros tipos como livros, manuscritos e tesouros de museus. São uma fonte tão importante como os parques, monumentos ou edifícios" (SCHELLENBERG, 2006, p. 31).

As atuais discussões acerca da conservação das fontes de informação evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores, principalmente, aqueles que executam suas atividades nos acervos de documentos escritos, começam, em princípio, ao assistir de perto o aberto conflito existente entre uma parte da sociedade que não aceita os espaços destinados a guarda de documentos como um local que carece de uma especial atenção, sobretudo dos setores de hierarquia mais elevada das instituições.

Um novo desafio se constitui em pensar os arquivos como um gerador de mudanças na formação da sociedade escolar, os agentes das transformações sócio-administrativas devem trabalhar arduamente neste sentido, para que tenhamos não apenas mais dinamicidade nas ações, mas também uma importante fonte histórica que pode ser consultada a qualquer tempo.

1.2. JUSTIFICATIVA

Todo trabalho acadêmico sempre representa uma contribuição científica para a área a que ele se destina. Nesse sentido, este trabalho propõe essa perspectiva científica a partir do estudo de caso de uma escola da rede estadual de João Pessoa, não sendo possível um campo maior de estudos em razão das limitações que circulam diversas pesquisas como: custos, deslocamentos e acessibilidade a essas escolas.

O que a princípio pode parecer um fator limitador para esta pesquisa, é na verdade um ponto de partida para que outros estudos possam ser realizados sobre esta temática. Em consequência, a intenção é solidificar ainda mais as bases teóricas que alicerçam a necessidade da prática do arquivista, uma vez que o cenário apresentado e as conclusões a que

chegamos podem e devem ser vistas como uma provocação construtiva aos gestores públicos responsáveis pelos setores educacionais, tanto no município de João Pessoa, quanto no Estado da Paraíba e até mesmo no Brasil. Ou seja, queremos que este trabalho faça mais que apenas preencher alguma estante de biblioteca universitária, esperamos que ele realmente possua uma função social através da sensibilização dos entes públicos para a gestão documental, o que é importante tanto para a preservação da história das instituições quanto para o crescimento dos campos de trabalho do profissional da área.

É fácil imaginar para onde vai toda a massa documental produzida por uma escola depois que esse material atinge a fase de arquivos permanentes. Sem espaços adequados para a guarda de documentos e, principalmente, sem profissional capacitado que entenda a importância deste material, outrora chamado erroneamente de arquivo morto, o lixo é, em muitos casos, a fase final, como ocorreu em uma escola da cidade de Ribeirão Preto - SP, no ano de 2009, quando livros escolares foram encontrados no lixo.

Quando o curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB começou suas atividades em 2006, um imenso mercado de trabalho carente deste tipo de profissionais começou a ser evidenciado. Hoje, dez anos depois, graças ao sucesso das primeiras turmas formadas, podemos vislumbrar outros campos de atuação carentes destes profissionais praticamente desde o início de suas atividades.

Este trabalho busca justamente mostrar mais um destes campos de trabalho para o arquivista indo mais além, uma vez que demonstra também os desafios que deverão ser enfrentados, desde a sensibilização dos entes públicos até a conscientização dos profissionais que compõem a comunidade escolar sobre a importância da guarda dos documentos.

Portanto, esse dever da gestão da Educação Escolar obedece a princípios de gestão e acesso aos arquivos. São princípios aplicáveis aos documentos arquivos em geral e, em particular aos arquivos escolares que devem ser organizados pelo arquivista.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo geral

Avaliar a necessidade do Arquivista nas instituições de Educação Básica

1.3.2. Objetivos específicos

- Identificar os setores de Arquivo na Escola;
- Avaliar a organização de arquivos na Escola;
- Discutir a necessidade do arquivista na Escola.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O INGRESSO DE NOVOS PROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO MODERNA

Compreendemos a importância dos arquivos escolares como locais de memória, ampliando a ideia de que são meros documentos administrativos. Discutimos a seguir a necessidade do ingresso de novos profissionais nas escolas, visando acompanhar o processo de modernização pelo qual estamos passando nos últimos 30 anos, com a introdução de novas tecnologias e o surgimento de novas necessidades nas atividades laborais, inclusive no âmbito escolar, que exigem a presença de profissionais que até então não existiam, pelo menos não de forma regulamentada, de acordo com um ordenamento jurídico.

Em meados dos anos 1990 surgem discussões acerca da destinação dos arquivos escolares, visto que estes passam a ser matéria-prima para os estudiosos da História Cultural e, por conseguinte, da História da Educação. Um dos pontos debatidos versa sobre a ampliação dos conhecimentos básicos necessários aos (às) gestores (as) escolares, que a partir de deste momento histórico, devem introduzir em suas práticas novos modelos de estruturação e reconstrução do conhecimento e organização da administração escolar.

As ações de reestruturação representam um aperfeiçoamento dos sistemas educacionais, pois tratam-se de alterações que visam atender aos anseios de uma sociedade moderna e carente de mudanças educacionais que acompanhem esta evolução. Segundo Teixeira (2002, p. 37)

Dentro dessa perspectiva, espaço e tempo são concebidos, distribuídos e utilizados pelas instituições escolares e pelos sujeitos que tomam parte da vida cotidiana das escolas que, ao longo do tempo, determinarão as práticas e os modos de pensar e fazer escolares. Portanto, o espaço diz respeito à natureza da escola como lugar específico e o tempo, diverso e plural, individual e institucional, condicionante e condicionado por outros tempos sociais.

Em outras palavras, a escola é um instrumento social que tem o poder de transformar ações cotidianas de alunos (as), pais, mães, professores (as) e funcionários (as). Sendo seu papel tão importante, não seria prudente para o desenvolvimento e consolidação da profissão "Arquivista" que deixássemos de lado um espaço estratégico como este.

2.2 A GESTÃO ESCOLAR NA PARAÍBA

Para falar sobre Gestão Escolar na Paraíba, faz-se necessário, em primeiro lugar, fazer um apanhado histórico da Educação nacional. A nossa atual Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei 9.394/96 é fruto de embates políticos e ideológicos entre vários setores da sociedade. Saviani (1998, p. 190) afirma que esta legislação educacional tem objetivos que aparentemente atendem aos anseios da sociedade civil organizada, porém, possui também outros que atendem a setores conservadores da nossa sociedade, segundo o autor “Os objetivos proclamados indicam as finalidades gerais, as intenções últimas, ao passo que os objetivos reais indicam os alvos concretos da ação.”

Evidentemente não podemos deixar de reconhecer avanços como a Lei nº 11.645/08, que torna obrigatório o estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio em escolas públicas e privadas. A medida contribui para o (re)conhecimento e valorização da nossa diversidade cultural. Porém, vimos também nestes últimos vinte anos um avanço significativo de unidades privadas de ensino, atendendo a setores empresariais que muitas vezes não estão preocupados com a qualidade educacional e sim com os lucros que podem conseguir neste nicho de mercado, ou seja, a Educação deixa de ser um direito garantido pelo Estado e passa a ser uma mercadoria explorada por empresários que, ao menor sinal de crise, fecham as suas portas, descartando todo o investimento público feito em anos, como estamos vendo acontecer atualmente.

Em suma, embora a LDB, como afirma Pedro Demo (1997, p. 12), não seja “propriamente inovadora, se entendermos por inovação a superação pelo menos parcial, mas sempre radical, do paradigma educacional vigente”, não podemos deixar de perceber que nesta lei “contém, porém, dispositivos inovadores e sobretudo – para usar o modismo econômico atual – flexibilidade, permitindo avançar em certos rumos” (Idem).

A autonomia da escola é um tema que vem sendo colocado em pauta de discussões bastante produtivas nos últimos 20 anos, levados a cabo por estudiosos e pesquisadores da educação brasileira. A LDB tem uma contribuição muito forte para isto, pois seu lado inovador permitiu o vislumbre de novas possibilidades e esperança de mudanças no contexto educacional. Dentre essas mudanças, podemos citar o Projeto Político Pedagógico - PPP, uma ferramenta inovadora que fortalece a autonomia das escolas. Para Vasconcellos (2002, p. 21):

O Projeto tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, criar um clima, um ethos onde professores e equipe se sintam responsáveis por aquilo que lá

acontece, inclusive em relação ao desenvolvimento dos alunos. De certa forma, é o Projeto que vai articular, no interior da escola, a tensa vivência da descentralização e, através disto, permitir o diálogo consistente e fecundo com a comunidade e com os órgãos dirigentes.

Considerando a diversidade cultural e social deste país, a autonomia é fundamental para a realização de um bom trabalho docente, focado na participação da comunidade em que a unidade escolar está inserida. Esta autonomia escolar passa pela construção de um relação de confiança entre os membros da comunidade escolar. Para Issa e Saraiva (2008, p. 89), “o PPP envolve a gestão da escola desde as dimensões mais específicas, tais como as comunitárias, administrativas e pedagógicas até as mais gerais, como as políticas, culturais e econômicas”. Já Veiga (2001, p. 33) enaltece a necessidade de vivência dos professores, funcionários, alunos, gestores e pais ao afirmar que “é preciso entender o Projeto Político Pedagógico da escola como uma reflexão do seu cotidiano. Para tanto, ele precisa de um tempo razoável de reflexão-ação, para se ter um mínimo necessário a consolidação de sua proposta”.

Pensar sobre o cotidiano e praticar uma reflexão-ação são ações próprias de cidadãos/ãs conscientes que buscam a transformação social permanentemente. Como cada comunidade ou localidade tem as suas especificidades sociais, econômicas e culturais, é fundamental que a gestão escolar seja caracterizada pela autonomia em suas decisões, o que é garantido pelo PPP construído de forma democrática pelos professores (as).

As escolas estaduais contam com o Conselho Escolar, um órgão de assessoramento à Gestão Escolar, com funções deliberativas nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros, sendo formado por professores (as), representantes dos pais/mães, dos alunos (as) e da comunidade, que se reúnem periodicamente para tratar de assuntos referentes à escola. Na escola em que fizemos a pesquisa, pudemos observar que a Gestão Escolar procura seguir os conteúdos curriculares estabelecidos pelas Diretrizes Educacionais nacionais e regionais, mas sempre adequando às necessidades e condições físicas da escola e sociais dos alunos.

2.3 EVOLUÇÃO E CONCEITUAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA

A formulação de metodologias que atendam a todo o universo documental tem sido uma preocupação constante para entre os profissionais da arquivologia. Isso é importante para a transparência e confiabilidade dos documentos selecionados para serem arquivados em qualquer lugar do mundo. Nos acervos arquivísticos modernos é considerado documento toda e qualquer informação fixada em um suporte, assim, filmes, fitas magnéticas, escavações arqueológicas, etc., também são considerados documentos. Este cenário é completamente diferente do encontrado na segunda metade do século XIX (SILVA, 1982), quando imperava a corrente filosófica positivista, para quem somente textos produzidos por instituições oficiais eram considerados como documentos.

O historiador Le Goff (1990, p. 541), maior representante da terceira geração da Escola dos Annales, chama esta ampliação do conceito de documentos históricos de “revolução documental”, seguindo a tendência historiográfica contrária à historiografia “clássica” positivista. A revolução documental atinge diretamente a arquivística, pois esta existe também para tornar possível a história. Le Goff acredita que a revolução documental marca o início de uma nova história, em que não só os grandes nomes têm atenção, mas também a grande massa anônima das populações, e afirma ainda que os arquivos devem ser acessíveis aos pesquisadores para que estes façam sua própria seleção do que desejam.

Em meados do século XIX começou a desenvolver-se a história serial, que defende a separação de documentos de produtores diferentes, mesmo que tratem do mesmo assunto e a ideia de que um documento só terá validade se fizer parte de um contexto de produção, caso contrário ele não terá significado. Esta e outras mudanças no conceito e manejo dos arquivos são resultado, segundo Lopez (2012), das transformações do sistema produtivo, ou seja, o capitalismo e sua burocratização aliado à revolução industrial têm papel importante no campo da arquivística. Segundo este autor (Lopez, 2012, p. 16)

O conceito de arquivo demanda, ainda, a ação deliberada de preservar os documentos após o cumprimento das atividades para as quais foram criados, com finalidade de prova da execução de tais atividades. A organização desse material deve ser capaz de disponibilizar informações que permitam identificar essa vontade administrativa, ou seja, o contexto de produção; para tanto, os documentos devem trazer informações relativas a “quem?”, “quando?”, “como?” e, principalmente, “por quê?” foram produzidos e guardados como registros significativos e probatórios.

O autor chama a atenção para a importância histórica que os documentos de qualquer instituição possui e explica porque é preciso fazer uma seleção dos documentos a serem preservados: 1) a redução de custos com o armazenamento e conservação da massa documental e 2) muitas informações contidas em um documento se repete em outro, então, não se faz necessário guardar os dois documentos. Os critérios para esta seleção são importantíssimos para que não se excluam documentos que possam ser peça-chave para o entendimento de qualquer ponto de nossa sociedade.

Segundo Bellotto (2006, p. 23)

Sendo a função primordial dos arquivos permanentes ou históricos recolher e tratar documentos públicos, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, são os referidos arquivos os responsáveis pela passagem desses documentos da condição de 'arsenal da administração' para a de 'celeiro da história', na conhecida acepção do consagrado arquivista francês Charles Braibant. E a chamada teoria das três idades nada mais é que a sistematização dessa passagem.

A teoria das três idades a que se refere a autora compreende o ciclo vital dos documentos administrativos, a saber: arquivos correntes, formados por documentos que ainda estão em uso funcional, administrativo ou jurídico; arquivos intermediários, quando os arquivos já cumpriram seu prazo jurídico-administrativo, porém, ainda podem ser consultados pelo produtor e; arquivos permanentes, quando os papéis são recolhidos dos diferentes setores para um local em que devem ser mantidos e preservados. É nesta fase, geralmente, em que os documentos passam a ser consultados por pesquisadores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A cidade de João Pessoa, segundo dados da 1ª Gerência Regional de Ensino, dirigida pela Professora Wleica Quirino, possui atualmente 115 unidades de ensino distribuídas em 65 bairros. São escolas de Ensino Fundamental e Médio, além da Vila Olímpica Ronaldo Marinho Ribeiro, que funcionam em diferentes regimes de trabalho, algumas com turno diurno, outras também com atividades durante a noite.

A abordagem utilizada é baseada nos princípios da pesquisa bibliográfica, ou seja, feita a partir da consulta e fichamento de algumas obras e gêneros (livros, artigos de revistas, monografias, teses, entre outros documentos escritos) a fim de aprofundar os conhecimentos sobre contribuições científicas sobre o assunto-tema da pesquisa. O que pode parecer uma tarefa simples, na verdade é “[...] entendida como o planejamento global-inicial de qualquer trabalho de pesquisa, o qual envolve uma série de procedimentos metodológicos” (MACEDO, 1994, p. 30), dentre os quais citamos a identificação, localização e obtenção dos documentos pertinentes ao estudo; a enumeração dos possíveis temas e subtemas do trabalho e a preparação do sumário do trabalho.

A ausência destas etapas pode dificultar bastante a redação da monografia no futuro, pois os dados não estariam organizados de maneira que possam ser consultados rapidamente, tornando-se desta forma, mais difícil o alcance dos objetivos propostos no projeto.

A pesquisa bibliográfica tem um caráter qualitativo, caracterizado pela “tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos” (RICHARDSON, 2008, p. 90). Fugimos, portanto, de generalizações estatísticas, que não aprofundem as questões aqui tratadas.

Essa distinção entre pesquisas qualitativas e quantitativas é importante para a definição da metodologia a ser aplicada em um trabalho científico, pois cada uma leva a um lugar diferente e a escolha errada pode nos fazer chegar a um lugar indesejado.

Na pesquisa quantitativa, utiliza-se o método dedutivo (da teoria para os dados), as definições predeterminadas e operacionalizadas, a postura racionalista, a precisão por meio da medida e da manipulação estatística, a medida de variáveis, a análise de componentes e uma amostra grande com randomização. Por outro lado, na pesquisa qualitativa, opta-se pelo método indutivo (dos dados para a teoria), por definições que envolvem o processo e

nele se concretizam, pela intuição e criatividade durante o processo da pesquisa, por conceitos que se explicitam via propriedades e relações, pela síntese holística e análise comparativa e por uma amostra pequena escolhida seletivamente. (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2009, p. 44)

Não pretendemos usar dados de forma aleatória, mas analisar criticamente as informações levantadas durante o período de pesquisa, pois acreditamos que a pesquisa pode ser ao mesmo tempo qualitativa e válida, uma vez que “a validade de determinado resultado de pesquisa, quantitativo ou qualitativo, depende em última instância da confiança no pesquisador” (RICHARDSON, 2008, p. 95).

Ainda segundo Richardson (2008, p. 79) “O método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema.” Em outras palavras, esta abordagem não visa catalogar dados ou medir unidades do problema estudado, mas investigar minuciosamente sua dinâmica e funcionamento. Segundo Minayo (1995, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Portanto, buscamos levantar dados de forma qualificada, mediante a aplicação de questionário contendo dez questões abertas, que reflitam a realidade do campo de estudo, relacionando-o com questões externas que influenciam diretamente a dinâmica do seu funcionamento. São as particularidades que nos interessam, acreditamos na funcionalidade que a pesquisa qualitativa nos oferece.

3.2 CAMPO EMPÍRICO

Tendo em vista a inviabilidade temporal de analisar um grande número de escolas e a semelhança do corpo funcional da rede pública, onde inexistem profissionais arquivistas tanto nas unidades escolares quanto na própria sede da Secretaria de Estado da Educação, optamos por fazer nesta pesquisa um estudo de caso, para tanto, escolhemos a Escolha Estadual de Ensino Médio e Médio Integrado João Goulart, localizada no bairro do Castelo Branco.

Através de um questionário, respondido gentilmente pela Diretora Adjunta da escola, a Professora Maria do Socorro Bezerra, pudemos ver que a escola funciona nos turnos da

manhã, tarde e noite, atendendo a cerca de 650 alunos, oriundos de vários bairros de João Pessoa e até de cidades circunvizinhas, como Cabedelo, Conde e Bayeux, contando com 16 funcionários e 40 professores, divididos entre as disciplinas do Ensino Médio e dos cursos técnicos que a instituição oferece de maneira integrada.

A escolha desta escola não se deu de forma aleatória. Trata-se de uma unidade de ensino bastante conhecida e respeitada na cidade de João Pessoa, considerada uma das escolas de referência da rede estadual de ensino. Sua história remonta ao início da década de 1970, época em que foi construída, no Governo do Presidente Médici, que deu nome à escola, para ser uma escola polivalente, como até hoje os mais antigos a chamam.

Do ensino polivalente a escola passou a oferecer ensino fundamental, posteriormente ensino médio e hoje oferta o ensino médio regular e o médio integrado a um curso técnico, onde o aluno pode escolher entre quatro cursos, a saber: Informática, Eventos, Hotelaria e Serviço de Restaurante e Bar.

Em março de 2014, o Governo do Estado, no intuito de retirar o foco de qualquer homenagem que faça referência à Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), apresentou um projeto que mudaria o nome da escola de Presidente Médici, que governou entre 1969 e 1974, para Presidente João Goulart, que exerceu a função entre 1961 e 1964, quando foi deposto pelo golpe que deu início ao período ditatorial. A medida foi considerada um marco positivo por estudiosos e militantes políticos do nosso Estado, além de organizações não governamentais que trabalham com este tema, como o Comitê Paraibano Memória, Verdade e Justiça.

4 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Como descrito na apresentação, deste capítulo, interpretamos os dados levantados durante o período de pesquisa a fim de tornar possível uma reflexão crítica e construtiva que nos indique novos caminhos para o desenvolvimento de soluções eficazes para o problema de pesquisa aqui trabalhado.

Em primeiro lugar, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre autores que trabalharam sobre o tema.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a Educação é:

Direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, art. 205)

A Educação Básica só passou definitivamente a ser dever do Estado a partir da Constituição Federal de 1988, definindo responsabilidades e competências para diversos níveis de governo.

Neste trabalho, partimos da premissa de que em qualquer organização, pública ou privada, o objetivo principal dos setores do arquivo é atender e alimentar as demandas da administração e dos usuários, internos e externos. Desta forma, tomando como referência uma escola, o arquivo serve ao diretor, secretário escolar, aluno, pesquisador, entre outros, ou seja, tanto a usuários que pertencem, quanto aos que não pertencem à instituição, logo, o setor de Arquivo, quando bem organizado, contribui para o atendimento a consultas internas dos professores e alunos de maneira eficiente e eficaz, mas também pode se configurar como um ótimo suporte de pesquisa para acadêmicos e pesquisadores em geral.

Segundo Lopez (2012), o setor de arquivo para qualquer organização serve de instrumento principal de controle à ação administrativa, seja ela pública ou privada. Sendo necessário que os arquivos estejam bem preservados e conservados como forma de comprovar o documento original. Segundo o próprio autor se os documentos estão bem organizados transmitem ordem e segurança, diminuindo a duplicidade de trabalho e consequentemente gerando soluções rápidas.

A fase corrente de um documento varia de acordo com a Tabela de Temporalidade de cada instituição. Na escola este tempo nem sempre coincide com o período em que o aluno

está matriculado, podendo se estender até anos após o seu egresso. Para que estes prazos sejam estipulados de forma correta, a presença de um arquivista é fundamental.

A pesquisa bibliográfica nos permitiu ter ampla visão sobre a situação do arquivista hoje, seus desafios e conquistas. A cada ano são mais vagas que se abrem em concursos públicos para esta área, a própria Universidade Estadual da Paraíba pode ser considerada uma fornecedora de profissionais qualificados que atuam em universidades de outros estados, como Alagoas, e até regiões do país, como o Estado do Amapá, na região Norte. Se por um lado é gratificante saber que o trabalho desenvolvido pela instituição tem surtido efeito bastante positivo, por outro, com certeza lhe incute ainda mais responsabilidade e lhe impõe a busca por desafios maiores, como a implantação de cursos de pós-graduação na área.

Toda essa gama de funções distribuídas nos três turnos de horários que a Escola oferece, além do corpo docente e discente numeroso, pode-se perceber do fluxo de informações e documentos que a Escola gera, sendo necessário a presença de um arquivista.

Constatou-se que a escola não dispõe de um Arquivista, ficando a tarefa de organização e guarda dos arquivos delegado aos funcionários da secretaria escolar, que não tem a formação adequada para manusear os documentos no momento em que eles deixam a fase corrente.

Questionada se considera importante a presença do arquivista na escola, a diretora respondeu, de forma escrita, que "Sim. Porque o arquivo é muito importante para ver dados e informações dos estudantes. O Arquivologista é muito importante dentro do contexto escolar". Ao falarmos sobre esta questão, ela citou a dificuldade em encontrar registros de alunos que estudaram há mais de 10 anos na escola, algo que poderia ser evitado com um profissional habilitado a organizar esta massa documental da forma correta.

Além disso, a gestora citou também a necessidade de um bibliotecário, uma vez que a biblioteca não dispõe deste profissional, embora precise, pois todos os anos chegam livros novos e não há entre os funcionários alguém com o conhecimento técnico necessário para organizar este espaço. Isso reforça nossa afirmação feita no início do capítulo 2, Fundamentação Teórica, sobre a necessidade da escola acompanhar o processo de modernização percebido nos últimos 30 anos no país.

Sobre como são arquivados os documentos produzidos pela escola (ofícios, memorandos, declarações, transferências e históricos de alunos, etc), a direção afirmou que são colocados em pastas, separadas por Documentos Recebidos e Expedidos, de acordo com a natureza do documento, ou seja, há uma organização básica do material produzido, porém, a

falta do arquivista é um empecilho na hora de dar destinação final nesta massa documental quando ela deixa sua fase corrente.

Sobre a possibilidade de encontrar documentos de alunos que frequentaram a escola há 20 ou 30 anos, a resposta é, felizmente, positiva, o problema maior é que estes documentos não estão em um ambiente adequado, que lhes permita tanto uma localização mais fácil quanto uma melhor preservação do seu estado físico, a sala em que são armazenados não tem estantes apropriadas e climatização adequada.

A décima pergunta é sobre a possibilidade da direção escolar aceitar a realização de projetos voltados para a preservação dos arquivos da escola. Felizmente a resposta foi positiva também, o que demonstra que a escola não tem à sua disposição profissionais arquivistas, mas há o interesse em recebê-los, pois há uma demanda a ser atendida.

A visita à EEEMMI Presidente João Goulart foi muito importante para confirmar nossa tese sobre a falta do arquivista nestas unidades de ensino. Os arquivos produzidos por ela não são administrados por alguém que possui conhecimentos técnicos suficientes para saber algo simples como as três idades do ciclo vital dos documentos administrativos (corrente, intermediário e permanente).

Entretanto, felizmente podemos dizer que apesar desta deficiência no corpo de funcionários, há pessoas preocupadas em manter um mínimo de organização destes arquivos, mesmo os mais antigos. O problema recai na falta de estrutura mínima para se manter um arquivo nesta e em outras unidades, ou seja, não há estantes adequadas, salas climatizadas ou qualquer ferramenta utilizada na recuperação de documentos antigos, tampouco Equipamentos de Proteção Individual - EPI para quem os manuseia. Isto significa dizer que, apesar do cuidado com a organização e preservação destes documentos, a falta de conhecimentos técnicos e de estrutura impedem que sua vida útil seja prolongada a ponto de servir de fonte primária para posteriores estudos.

É importante lembrar que a diretora adjunta da escola, Prof. Maria do Socorro, manifestou estar aberta a experiências e projetos que visem melhorar as condições dos arquivos escolares. Isto é muito positivo, pois demonstra a boa vontade de gestores em melhorar uma área que, a princípio, não faz parte de sua área de formação, porém, faz parte das demandas da escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa e ao tecer as considerações finais conforme os objetivos traçados, independe do arquivo que se deseje trabalhar e da instituição, deve-se conhecer primeiramente bem a organização, identificando os diversos setores e a hierarquia, que determinam a geração dos documentos mediante o seu fluxo de processos.

Assim, a constatação de mais uma área no mercado de trabalho para ser ocupada pelo arquivista é de fundamental importância para o sucesso e abrangência do profissional. Em conversa informal com professores de outras escolas, pudemos constatar também que a realidade encontrada na EEEMMI Presidente João Goulart não é uma exceção, mas a regra na rede pública de ensino, tanto municipal quanto estadual, quiçá federal.

O setor público deve ser provocado para suprir estas necessidades o mais rápido possível. Este é um desafio que se apresenta ao arquivista ativo no mercado de trabalho. Em tempos de crise econômica e recessão de empregos, podemos nos considerar privilegiados por estarmos em uma área em plena ascensão, que conta inclusive com aporte jurídico que nos permite cobrar a contratação do arquivista em diversos locais.

O mercado para o arquivista em João Pessoa, considerando apenas a rede pública estadual, apresenta um cenário bastante promissor, pois são 135 unidades de ensino fundamental e médio que não possuem profissional qualificado para gerenciar os documentos por elas produzido. Evidentemente não podemos fazer generalizações, pois em algumas escolas é possível encontrar funcionários com algum tipo de formação técnica ou experiência na área arquivística que acabam desenvolvendo ações na área, porém, não o fazem enquanto profissionais efetivamente contratados para tal, uma vez que tal função inexistente no quadro de funcionários das escolas.

Faz-se necessário, desta forma, uma mobilização dos arquivistas para garantir que a categoria possa atuar nestas instituições de ensino de maneira correta e legalizada, garantindo a organização, guarda e conservação dos arquivos escolares, o que é importante para a preservação da memória, tanto para fins administrativos quanto acadêmicos.

REFERÊNCIAS

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BEZERRA, Maria do Socorro. **Arquivos da EEEMMI Presidente João Goulart**. João Pessoa. 11/Ago/2015. Questionário respondido a Veronica Ismael de Oliveira
- BRASIL, Constituição Federal. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.
- BRASIL, IBGE. Ensino – Matrículas, Docentes e Rede Escolar 2012 na Paraíba Acesso em 10 de outubro de 2005. Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=25&idtema=117&codv=V32&search=paraibaljoao-pessoa|sintese-das-informacoes-2012>: > Acesso em 14/Ago2015
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.159 (Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências)**, de 08 de janeiro de 1991. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em 15/Out/2015.
- CORALINA, CORA. **Villa Boa de Goyaz**. Global Editora, 2001
- DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico)
- GONÇALVES, Nadia Gaiafatto. **O Arquivo Escolar, a Universidade e a Escola: diálogos possíveis**. Cadernos de Educação FAE/PPGE/UFPel. Pelotas-RS, 2008.
- ISSA, Maria Helena Cuppari; SARAIVA, Rosália Alvim. **Projeto político-pedagógico de escolas infantis: a gestão como base para sua construção e efetivação**. Ciênc. Let., Porto Alegre, n. 43, p. 85-98, jan./jun. 2008. Disponível in: Disponível em <<https://sites.google.com/site/agestaoeducacional/artigo/educacao-infantil>>. Acesso em 20 de maio de 2015.
- JARDIM, José Maria. **A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995)**. Ciência da Informação. Brasília, v27, n.3, set/dez. 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.
- LOPEZ, André Porto Ancona. **Identificação de tipologias documentais em acervos dos trabalhadores**. In MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inez Terezinha (Orgs). Arquivos do mundo dos trabalhadores: coletânea do 2º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.
- MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Editora Loyola, 1994.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Arquivos Escolares In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; LOMBARDI, José Claudinei.; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **A pesquisa e a Preservação de arquivos e fontes: para Educação, Cultura e Memória.** Campinas – SP: Alínea, 2009.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. **Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares.** In SANIAVI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura;

SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas-SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Memória da Educação)

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 4.ed. São Paulo: HucitecAbrasco, 1996. p

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. – 8. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Sílvia Sanchez (Org). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade.** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção da Nossa Época; v. 42)

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da Educação: trajetória, limite e perspectivas.** 4º ed., Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Educação Contemporânea)

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Nady Moreira Domingues da. **Positivismo no Brasil.** Palestra proferida na Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas, SEAF, 1982, São Luís -MA. Disponível em <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/filosofia/positivismobrasilcsc.html>>. Acesso em 04/dez/2015.

SOUSA, Maria Aparecida Silva. Arquivos Educacionais: preservação do patrimônio e construção do conhecimento. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; LOMBARDI, José Claudinei.; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **A pesquisa e a Preservação de arquivos e fontes: para Educação, Cultura e Memória.** Campinas – SP: Alínea, 2009.

TEIXEIRA, Lucia Helena Gonçalves. **Cultura Organizacional e Projeto de Mudanças em Escolas Públicas.** Campina, SP: UMESP: ANPAE, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2002.

VASCONCELLOS, F. **Lições de pedagogia experimental.** Lisboa: Antiga Casa: Bertrand, 1999.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político pedagógico: uma construção possível.** São Paulo: Cortez, 2001.

APÊNDICE**ANEXO I – QUESTIONÁRIO APLICADO NA ESCOLA****CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

- 1) Escola: _____
- 2) Localização: _____
- 3) Turnos de funcionamento: _____
- 4) Quantidade de alunos atendidos: _____ 5) Número total de funcionários: _____
- 6) A escola dispõe de um profissional de Arquivologia? Se não possui, quem é responsável pela guarda e preservação dos arquivos na escola?

- 7) A direção considera importante a presença deste profissional na escola? Por que?

- 8) Como são arquivados os documentos produzidos pela escola (ofícios, memorandos, declarações, transferências e históricos de alunos, etc)

- 9) É possível encontrar documentos de alunos que frequentaram a escola há 20 ou 30 anos?

- 10) A direção aceitaria a realização de projetos voltados para a preservação dos arquivos da escola?

ANEXO II – AUTORIZAÇÃO PARA USO DE QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA

Autorização

Eu, MARIA DO SOCORRO BEZERRA RODRIGUES
vice-diretora da EEEMMI João Goulart, autorizo a aluna Veronica Ismael de Oliveira a
usar o questionário aplicado no dia 11 de agosto no seu trabalho acadêmico.

Maria do Socorro Bezerra Rodrigues
Vice-diretora

